

Haddad entra com ação contra Bolsonaro por suposto abuso de poder econômico

ESTADÃO conteúdo

Amanda Pupo e Rafael Moraes Moura

Brasília 17/10/2018 | 13h18



Ouvir texto



Imprimir



Comunicar erro

Carlos Ohara/UOL



Outdoor a favor de Bolsonaro no Paraná

ELEIÇÕES 2018

[Raio-x](#)[\(https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2018/raio-x/\)](https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2018/raio-x/)[Resultados](#)[\(https://placar.eleicoes.uol.com.br/\)](https://placar.eleicoes.uol.com.br/)[Pesquisas](#)[\(https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2018/pesquisas/\)](https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2018/pesquisas/)[Candidatos](#)[\(http://noticias.uol.com.br/eleicoes/2018/candidatos/\)](http://noticias.uol.com.br/eleicoes/2018/candidatos/)

A coligação do presidenciável do PT, Fernando Haddad, entrou nesta quarta-feira, 17, com uma nova ação no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para apurar suposto abuso de poder econômico por parte do candidato do PSL, Jair Bolsonaro, à Presidência da República. A defesa do petista aponta colocação "de forma ilegal" de dezenas de outdoors pelo Brasil. O vice de Bolsonaro, general Hamilton Mourão (PRTB), também é alvo da ação.

A coligação de Haddad pede, ao fim das investigações, que seja declarada a inelegibilidade de Bolsonaro para os próximos oito anos seguintes à eleição de 2018.

No início do mês, a campanha do petista já havia entrado com uma outra ação similar, contestando o apoio de uma empresa de ar condicionado à candidatura de Bolsonaro.

A defesa do candidato do PT aponta levantamento da Procuradoria-Geral Eleitoral que identificou em 33 municípios a presença de outdoors com padrões e mensagens semelhantes, distribuídos em 13 Estados, "comprometendo de forma clara o próprio processo eleitoral", alega a campanha, que anexou na ação fotos de alguns dos outdoors.

Para os advogados de Haddad, a uniformidade das peças publicitárias estampadas nos painéis releva a existência de uma "ação orquestrada", não sendo uma "singela manifestação de apoiadores desavisados".

Eles também alegam que a campanha do oponente tem "total conhecimento das práticas". "O caráter eleitoral do conteúdo dos outdoors é evidente, além de demonstrar potencial suficiente a comprometer o equilíbrio do pleito eleitoral de 2018", afirmam.

Segundo a campanha do petista, a ausência do CNPJ nas peças indicam que os custos para sua produção e locação do espaço publicitário não estarão nas prestações de contas eleitorais de qualquer candidato, violando, na visão da defesa, a transparência necessária das contas eleitorais.

"Resta claro o abuso de poder econômico na medida que a campanha do candidato representado ganha reforço financeiro que não está compatibilizado nos gastos da campanha, todavia os resultados da propaganda serão por ele usufruídos", concluem. A ação também destaca que a Lei das Eleições veda a propaganda eleitoral feita em outdoors.

O relator do processo apresentado pela coligação de Haddad é o Corregedor-Geral da Justiça Eleitoral, Ministro Jorge Mussi, que decidirá pela abertura ou não da ação.

O tipo de processo apresentado pelo PT, "ação de investigação Judicial Eleitoral" está previsto na Lei das Eleições. O texto prevê algumas sanções para quem é condenado por esse tipo de ação, como a declaração de inelegibilidade para as eleições a se realizarem nos oito anos seguintes ao pleito em que o fato investigado foi verificado.

Em entrevista ao jornal O Estado de S. Paulo e ao Broadcast (sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado) publicada no último dia 6, Mussi disse a Justiça Eleitoral "atuará com serenidade e firmeza para coibir toda e qualquer conduta que puder atentar contra o regime democrático, a lisura e a normalidade do pleito e a igualdade de oportunidades entre os candidatos".

A reportagem entrou em contato com a campanha e defesa de Bolsonaro, mas não teve retorno até a publicação deste texto.